



JOI BRASIL

EVIDÊNCIAS SOBRE POLÍTICAS DE MERCADO DE
TRABALHO E IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL:

INFORMALIDADE



JOI BRASIL

EVIDÊNCIAS SOBRE POLÍTICAS DE MERCADO DE TRABALHO E IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL: **INFORMALIDADE**

Autores: **André Mancha**, JOI Brasil. **Filipe Cavalcanti**, JOI Brasil. **Laísa Rachter**, BID.
Livia Gouvêa, BID. **Luiz Felipe Fontes**, JOI Brasil. Apoio técnico: **Edivaldo Constantino**,
JOI Brasil. **Kelly Miranda**, BID.

INTRODUÇÃO

A maioria dos países de baixa e média renda tem um grande número de empregos e empresas no setor informal ([La Porta e Shleifer 2008](#); [Ulyssea 2020](#)). Esse fenômeno pode gerar diversos desafios para as economias locais. Em média, o setor informal é menos produtivo do que o setor formal devido a fatores como acesso restrito a financiamento, serviços e mercados, maior presença de pessoas com baixa qualificação e dificuldades em capturar economias de escala ([Pagés, 2010](#)).

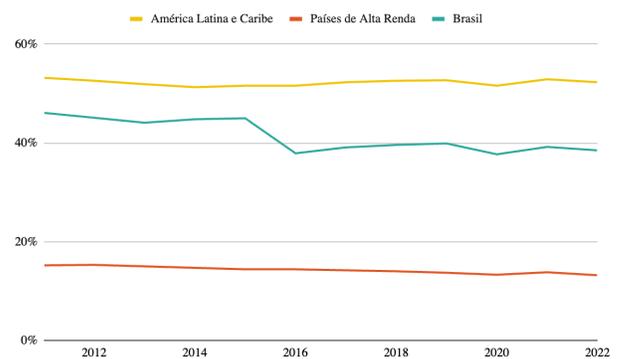
Além disso, a informalidade pode reduzir a receita do governo ao reduzir o pagamento de impostos, dificultando o financiamento de bens públicos. As empresas informais que não cumprem suas obrigações fiscais também criam distorções na economia, pois operam a custos menores do que empresas similares que operam formalmente e alocam parte de seus recursos para o pagamento de impostos. Nesse sentido, as empresas informais podem obter uma vantagem competitiva e inibir o crescimento das empresas formais ([De Mel et al., 2013](#)).

Para trabalhadores e trabalhadoras, a informalidade está associada a salários mais baixos, pobreza, maior vulnerabilidade às flutuações de renda e exclusão dos benefícios sociais oferecidos pelo sistema de proteção social do trabalhador ([Neri e Fontes, 2010](#)). No entanto, há evidências de que a informalidade também pode atuar como amortecedor em tempos de crise, representando uma fonte temporária de renda diante da dificuldade de inserção no setor formal nesses períodos ([BID, 2023a](#); [Colombo et al., 2019](#)).

A informalidade na América Latina e no Caribe (ALC) é consistentemente maior do que nos

países de alta renda. Como pode ser visto na Figura 1, a taxa de informalidade da ALC permaneceu acima de cinquenta por cento por vinte anos, indicando que mais da metade dos empregos da região são informais. Essa taxa é menor no Brasil do que em outros países da ALC, mas ainda é significativamente maior do que em países de alta renda. Após uma queda acentuada no início dos anos 2000, em que caiu mais de doze pontos percentuais, essa taxa tem se mantido quase estável em torno de 38% ([Veloso et al., 2022](#)).

Figura 1 - Percentual de empregos formais entre o total de empregos (%)



Fonte: OIT. Disponível [aqui](#).

Diversas políticas já foram propostas e avaliadas para combater a informalidade, mas muitas não alcançaram os resultados esperados ([Ulyssea, 2020](#)). Diante disso, é necessário revisar os resultados dessas avaliações para identificar as características que podem levar a impactos positivos. Esse é o objetivo desta publicação, que se junta a outros estudos já publicados sobre o tema pelo J-PAL e pelo BID, como [J-PAL \(2022\)](#), [BID \(2021\)](#) e [BID \(2023b\)](#).

CARACTERÍSTICAS PROMISSORAS DOS PROGRAMAS PARA COMBATER A INFORMALIDADE

Esta seção analisará as características promissoras dos programas de combate à informalidade por meio de avaliações em todo o mundo.



Aumentando os benefícios da formalização

Ao decidir formalizar, as empresas comparam os benefícios e custos dessa decisão. Portanto, oferecer benefícios associados ao status formal pode tornar a formalização mais atraente do ponto de vista do empreendedor. No **Sri Lanka**, uma equipe de pesquisa descobriu que fornecer uma transferência monetária para empresas informais (equivalente a um ou dois meses de seu lucro médio) em troca de registro levou a uma maior formalização ([De Mel et al., 2013](#)). No **Benin**, um estudo mostrou que oferecer benefícios às empresas que optaram por se formalizar, como treinamento em empreendedorismo, apoio para abrir uma conta bancária comercial e serviços de mediação fiscal, levou a uma maior formalização ([Benhassine et al., 2018](#)).



Aumentando o custo percebido da informalidade

Os custos percebidos da informalidade também afetam a decisão das empresas de se registrar. Eles dependem não apenas do valor que elas

terão que gastar em caso de penalidades por serem informais, mas também da crença de empresários e empresárias em relação à probabilidade de serem penalizados. No **Brasil**, pesquisadores constataram que as inspeções presenciais aumentaram a formalização ([de Andrade et al., 2014](#)). Em **Bangladesh**, um estudo aleatorizado fez empresas informais receberem notificações de que precisavam ser formalizadas e mensagens sobre as consequências de não concluir seu registro com a autoridade competente. Eles descobriram que essa notificação aumentou a proporção de empresas registradas ([De Giorgi et al., 2018](#)).



Simplificando o processo de formalização e permanecendo formal

O processo de formalização às vezes pode ser muito complexo para as empresas, criando um grande custo inicial para quem busca realizá-la. Além disso, manter-se formal pode ser caro se depender, por exemplo, do pagamento de altos impostos. Diante disso, algumas intervenções buscam simplificar a formalização e a manutenção da formalidade, eliminando a burocracia ou reduzindo as alíquotas de impostos. No **Malawi**, uma pesquisa descobriu que as empresas demonstraram um maior interesse na formalização quando esse processo foi separado das obrigações fiscais ([Campos et al., 2018](#)). No **Brasil**, uma avaliação quase-experimental sugere que um programa que eliminou custos e reduziu substancialmente a carga tributária foi associado ao aumento do registro de microempresas ([Hsu Rocha e de Farias, 2021](#)). No entanto, mais estudos são necessários para avaliar a relação custo-efetividade de tais intervenções, especialmente os efeitos de longo prazo da

desoneração tributária sobre a inadimplência de empresas que aderem a esses regimes diferenciados.



Fornecer assistência personalizada na formalização

Avaliações em **Bangladesh, Benin, Brasil e Sri Lanka** estudaram o impacto do fornecimento de informações comerciais sobre o processo de formalização e seus benefícios. Enquanto em alguns estudos esse tipo de intervenção não teve efeito ([De Mel et al., 2013](#); [De Giorgi e Rahman, 2013](#); [de Andrade et al., 2016](#)), em outros casos essas políticas tiveram um impacto positivo na formalização ([Benhassine et al., 2018](#); [Zucco et al., 2019](#)). De modo geral, as evidências indicam que a assistência prestada de forma personalizada apresenta bons resultados.

No **Benin**, na mesma avaliação apresentada no parágrafo anterior, também foi avaliado o efeito das visitas presenciais a negócios informais, a fim de fornecer informações sobre o processo de formalização e ajudar empresários e empresárias com a documentação necessária. Essa intervenção aumentou a formalização e o efeito foi potencializado quando oferecido ao lado de outros serviços, como treinamento em empreendedorismo e intermediação tributária ([Benhassine et al., 2018](#)).

No **Brasil**, empreendedores e empreendedoras informais do Rio de Janeiro que receberam atendimento presencial individualizado aumentaram sua formalização e conformidade fiscal após a intervenção. No entanto, fornecer as mesmas informações e assistência por meio de mensagens instantâneas não gerou nenhum impacto nessas medidas. ([Zucco et al., 2019](#)).

EFEITOS HETEROGÊNEOS E DIRECIONAMENTO

Alguns estudos constataram que algumas intervenções foram mais efetivas para grupos específicos, o que indica que o direcionamento pode ser uma boa estratégia para aumentar os resultados desses programas no contexto de recursos escassos.

No **Benin**, uma pesquisa mostrou que oferecer benefícios substanciais para a formalização teve um impacto maior nas empresas informais que compartilham características semelhantes às empresas formais. Essas características incluíam o número de empregos, a idade e as qualificações de quem empregou, o uso de uma conta bancária e o pagamento de impostos ([Benhassine et al., 2018](#)). No **Brasil**, pesquisadores mostraram que o efeito médio de um programa de incentivo à formalização foi impulsionado inteiramente por empreendedores e empreendedoras de alta renda ([Rocha et al., 2018](#)). O estudo argumenta que esse resultado é consistente com a visão de que empresas menores e de baixa produtividade se beneficiam pouco da formalização. Como resultado, mesmo os baixos custos de entrada e permanência formal podem ser proibitivos ou pouco atraentes para essas empresas.

Esses exemplos reforçam a ideia de que direcionar intervenções para as características de uma população específica pode ajudar a maximizar seus efeitos, especialmente em contextos de recursos limitados.

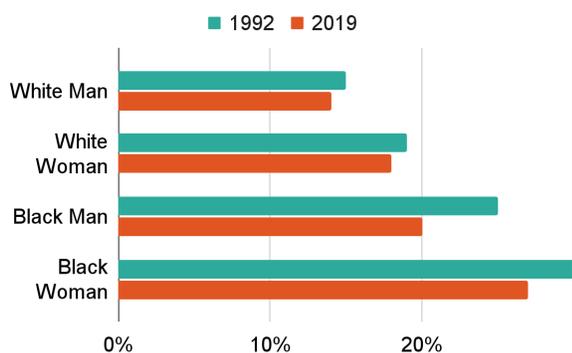
BARREIRAS ESPECÍFICAS DE GÊNERO

Nos países de baixa e média renda, a proporção de mulheres na economia informal supera a de homens ([OIT, 2022](#)). Além disso, as mulheres

na economia informal muitas vezes ocupam empregos precários e desprotegidos, como o trabalho doméstico remunerado. Essas ocupações geralmente oferecem pouca ou nenhuma proteção social, o que aumenta a vulnerabilidade das mulheres nesse cenário (BID, 2023c). Por exemplo, de acordo com dados do quarto trimestre de 2023, 76,4% dos trabalhadores domésticos no Brasil não tinham carteira assinada (IBGE, 2024).

A informalidade no Brasil também tem um forte viés racial. Como pode ser visto na Figura 2, a taxa de informalidade no Brasil tem sido consistentemente maior para homens e mulheres negros. Embora tenha havido reduções mais substanciais na informalidade entre esses grupos de 1992 a 2019, o padrão de maior informalidade nessa população persistiu ao longo de mais de 20 anos de análise.

Figura 2 - Informalidade como proporção da força de trabalho por grupo de raça e gênero no Brasil



Fonte: Lazaretti et al. (2023), in: França e Portela (2023). Com base nos dados da PNAD e da PNAD-C.

Algumas avaliações descobriram que as mulheres podem apresentar barreiras adicionais à formalização. No **Benin** e no **Malawi**, uma pesquisa apontou que as mulheres formalizaram menos seus negócios ou não os formalizaram após programas para incentivar a formalização

(Benhassine et al., 2018, Campos et al., 2018).

No **Benin**, o estudo apresentou o argumento de que as mulheres enfrentam o desafio de equilibrar suas atividades empresariais com as responsabilidades domésticas, o que reduz a probabilidade de expandir seus negócios. Isso também as torna menos responsivas aos incentivos de formalização, mesmo quando os benefícios do registro de empresas aumentam. No **Malawi**, a pesquisa destaca que a falta de efeito decorreu do fato de as mulheres experimentarem maiores influências familiares em seus negócios e uma maior probabilidade de que as empresas lideradas por mulheres tenham fechado até o final do estudo.

A maternidade e, em particular, as normas sociais que sobrecarregam as mulheres com os cuidados infantis podem causar um aumento da informalidade feminina. No **Chile**, uma pesquisa descobriu que o nascimento da primeira criança aumentou a probabilidade de as mães estarem empregadas no setor informal, além de causar uma queda nas horas trabalhadas e nos ganhos do trabalho, enquanto os pais não foram afetados (Berniell et al., 2021). Esses resultados sugerem que as mães encontram a flexibilidade necessária para equilibrar o trabalho e as responsabilidades familiares em empregos informais. No entanto, isso tem o custo de deteriorar suas perspectivas no mercado de trabalho. Avaliações no **Chile, México, Peru e Uruguai** também descobriram que as mulheres tendem a migrar para formas mais flexíveis de trabalho após a maternidade (Berniell et al., 2023).

Nesse contexto, investir na qualidade e no escopo da proteção social para mães trabalhadoras, por exemplo, por meio da oferta de educação infantil gratuita, pode ajudar a reduzir o aumento da informalidade causado

pela maternidade ([Attanasio et al., 2022](#)). Além disso, programas para incentivar uma divisão equitativa dos cuidados infantis entre os pais também podem ajudar a mitigar a potencial migração para o setor informal após a maternidade. No entanto, mais evidências são necessárias para avaliar os benefícios dessas intervenções nas decisões de emprego das mulheres.

Além disso, uma pesquisa na **Colômbia** descobriu que as mulheres estão dispostas a abrir mão de salários mais altos em troca de maior flexibilidade no trabalho. Em particular, as mulheres com filhos tendem a valorizar mais a flexibilidade ([Bustelo et al., 2020](#)). Portanto, oferecer empregos formais mais flexíveis, com a opção de ajustar a jornada de trabalho e o trabalho remoto, poderia incentivar as mulheres a deixar o setor informal. Evidências na **Índia** indicam que a oferta de empregos com esses arranjos levou a mais mulheres na força de trabalho ([Ho et al., 2024](#), [Jalota e Ho, 2024](#)).

EVIDÊNCIAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Como mostrado na Introdução, a informalidade é alta na ALC. Diante disso, as políticas que incentivam a formalização são ainda mais críticas para a região. Esta seção analisará algumas das políticas que já foram avaliadas.

O **Brasil** experimentou uma queda significativa no trabalho informal durante os anos 2000, o que levou a algumas pesquisas sobre esse fenômeno. [Haanwinckel e Soares \(2017\)](#) argumentam que o país não implementou mudanças regulatórias extensas que pudessem explicar essa tendência. Além disso, o estudo observou que o salário mínimo aumentou em

termos reais de 2003 a 2012, o que geralmente está associado a uma maior informalidade. Utilizando um modelo teórico calibrado com dados reais, argumenta-se que o aumento da escolaridade foi o principal mecanismo para o aumento da formalização nesse período. Esse achado sugere que a educação é fundamental na formulação de políticas para reduzir a informalidade.

Além disso, a formação profissional também pode desempenhar um papel importante no combate ao emprego informal. No **Brasil** e no **Peru**, os programas de treinamento aumentaram a probabilidade de participantes trabalharem formalmente, o que indica que esses programas podem criar um caminho para aumentar a qualidade do emprego ([Camargo et al., 2021](#); [Díaz e Rosas, 2016](#)).

Outro fator bem estudado no contexto brasileiro foi um programa de incentivo à formalização em larga escala, o Programa Microempreendedor Individual (MEI). O programa, implantado em 2009, foi voltado para empreendedores e empreendedoras com no máximo uma pessoa contratada. Ele foi projetado para reduzir os custos de registro e formalidade, reduzindo os impostos mensais e a burocracia.

Duas avaliações quase-experimentais sugerem que as mudanças introduzidas por esse programa levaram a um aumento da formalização entre 2009 e 2015 ([Rocha et al., 2018](#), [Hsu e De Farias, 2021](#)). Além disso, nenhuma mudança significativa na força de trabalho ou nas escolhas ocupacionais das pessoas foi observada devido ao programa. Especificamente, não há evidências de que trabalhadores e trabalhadoras tenham saído do mercado de trabalho formal para se registrar

como microempreendedores individuais devido a incentivos fiscais. A maioria das pessoas formalizadas como MEI não possuía experiência formal prévia e, no período analisado, dependia exclusivamente dessas microempresas para seu sustento ([Hsu e De Farias, 2021](#)).

No entanto, este programa também gera custos significativos em termos de arrecadação de impostos. Estudos realizados com dados da Receita Federal do Brasil mostram que a taxa média de inadimplência do MEI (de janeiro a dezembro) variou de 49% a 51% entre 2018 e 2020. Além disso, essa categoria de empresários já possui uma carga tributária reduzida e uma taxa de previdência social subsidiada. Portanto, esses fatores devem ser considerados no cálculo do custo-benefício da política ([IPEA, 2024](#)).

No **México**, os pesquisadores analisaram os efeitos de uma reforma que simplificou a burocracia para iniciar um negócio usando métodos quase experimentais ([Bruhn, 2011](#), [Kaplan et al., 2011](#)). Os resultados sugerem que a reforma aumentou o número de empresas registradas. Esse aumento resultou da decisão de ex-trabalhadores assalariados de iniciar seus negócios. Após a reforma, os empresários informais pré-existentes não eram mais propensos a registrar suas empresas. Além disso, a reforma levou a um aumento do emprego assalariado.

Além disso, no **México**, os pesquisadores procuraram avaliar o efeito das inspeções trabalhistas na informalidade. Os autores descobriram que as inspeções aumentaram a probabilidade de os trabalhadores informais adquirirem um emprego formal no mesmo setor ou firma que se encontravam antes das inspeções ([de la Parra e Bujanda, 2024](#)). No

entanto, a avaliação constatou que as inspeções também aumentaram a probabilidade de esse trabalhador ser demitido. Em geral, o aumento do custo dos empregos informais levou a uma menor criação de empregos.

Na **Argentina**, uma avaliação buscou identificar os efeitos de um programa que fornecia transferências mensais de renda para trabalhadores com filhos que não estavam em emprego formal ([Garganta e Gasparini, 2015](#)). Os resultados sugerem que essa política estaria desincentivando beneficiários e beneficiárias do programa a formalizar seu emprego no mercado de trabalho. Em contrapartida, não há evidências de um movimento inverso, ou seja, trabalhadores formais se tornando informais para receber transferências de renda do programa.

AUMENTANDO A INFORMAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO NA COLÔMBIA

Na **Colômbia**, [Galiani et al. \(2015\)](#) analisaram o impacto de duas intervenções na decisão das empresas informais de se formalizarem em Bogotá. A primeira intervenção consistiu em oficinas ministradas por instrutores da Câmara de Comércio de Bogotá (CCB), que convidaram empresas informais para uma palestra onde receberiam informações sobre as vantagens e desvantagens de operar formalmente e o processo de registro junto às autoridades competentes. A segunda consistiu em visitas personalizadas às empresas por agentes do CCB, que forneceram as mesmas informações da primeira intervenção, mas com assistência personalizada no processo de formalização, caso desejassem esse tipo de apoio.

Os resultados mostram que, embora as oficinas não tenham afetado a formalização, as visitas personalizadas aumentaram significativamente a probabilidade de uma empresa operar formalmente. Esses resultados indicam que a atenção individual adaptada às necessidades específicas de cada empresa pode ser um componente importante para o sucesso das políticas de formalização.

No entanto, esse efeito não se manteve ao longo do tempo, principalmente porque as empresas formalizadas decidiram não renovar seu registro, o que sugere que as empresas não se beneficiaram com a saída da informalidade. Por isso, é necessário repensar como ir além do incentivo ao registro e tornar a formalização mais atraente para as empresas informais, para que optem por manter o status formal no longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alto nível estrutural de informalidade na região da ALC e no Brasil representará um desafio nos próximos anos. Diante disso, as políticas públicas podem desempenhar um papel essencial nesse cenário.

Reconhecendo a importância da educação

As avaliações têm mostrado que o aumento da escolaridade dos trabalhadores tem contribuído para grande parte da redução da informalidade observada no Brasil nos últimos anos. Portanto, investir em programas de educação e treinamento profissional pode aumentar a probabilidade de os trabalhadores entrarem e permanecerem no setor formal.

Criação de programas abrangentes e personalizados

Em geral, os programas de combate à informalidade têm sido mais eficazes quando combinam vários componentes, desde o fornecimento de informações sobre o processo de formalização até a oferta de cursos de formação em empreendedorismo. Além disso, os programas também foram mais eficazes em aumentar a formalização quando forneceram assistência personalizada aos seus beneficiários.

Tornando a formalização mais atraente

Vários programas avaliados descobriram que a formalização de empresas não gerou melhores vendas ou lucros para as empresas que optaram por se registrar. Além disso, em alguns casos, a formalização dos trabalhadores levou a uma redução na criação de empregos em geral. Diante disso, vale a pena considerar como as políticas podem ir além da formalização, oferecendo mecanismos para que os empreendedores usem o registro para crescer.

Procurando intervenções custo-efetivas

Embora eficazes no aumento da formalização, as políticas para incentivar a formalidade muitas vezes se mostraram de alto custo. Por exemplo, reduzir impostos e aumentar os benefícios associados à formalidade pode gerar uma grande renúncia fiscal. Identificar estratégias mais custo-efetivas para reduzir a informalidade continua sendo um desafio, e novos estudos representam uma contribuição importante.

A IMPORTÂNCIA DAS AVALIAÇÕES RANDOMIZADAS

As avaliações aleatórias são uma ferramenta poderosa para identificar o impacto de um

programa ou política e podem fornecer reflexões sobre as razões por trás do impacto de uma intervenção. Esses insights podem ajudar os profissionais e tomadores de decisão que buscam melhorar o design de seus programas e usar seus recursos com eficiência. A Iniciativa de Empregos e Oportunidades (JOI) Brasil do J-PAL foi criada em 2021 para expandir o corpo de evidências sobre soluções para os desafios do mercado de trabalho no Brasil, apoiando avaliações aleatórias. Se sua empresa, organização ou agência governamental está implementando uma intervenção relacionada ao mercado de trabalho e gostaria de explorar a oportunidade de colaborar com pesquisadores para avaliar sua intervenção com precisão, entre em contato conosco pelo joi-br@povertyactionlab.org.

AGRADECIMENTOS

Este estudo faz parte da série de publicações "Evidências em Políticas e Implicações do Mercado de Trabalho para o Brasil", produzida pela Iniciativa Empregos e Oportunidades Brasil (JOI Brasil) em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para difundir o conhecimento sobre o impacto dos programas de mercado de trabalho.

Utilizando as mais recentes evidências rigorosas da literatura, esta publicação consolida as principais reflexões sobre o tema da informalidade, indicando caminhos para a promoção de empregos de qualidade no Brasil. Esperamos que este estudo tenha contribuído para essa discussão e saudamos novos esforços que visem expandir as fronteiras do conhecimento. Convidamos os leitores a explorar as outras publicações desta série, como o estudo sobre treinamento profissional ou assistência na busca de emprego.

A JOI Brasil é uma iniciativa do J-PAL que tem como objetivos fortalecer ações inovadoras, fomentar pesquisas rigorosas, qualificar o debate sobre o mercado de trabalho brasileiro e disseminar conhecimento para governos, sociedade civil, empresas e fundações do país. Procuramos promover uma cultura de formulação de políticas informada por evidências. Agradecemos aos nossos parceiros - Fundação Arymax, B3 Social, Fundação Tide Setubal, Potencia Ventures, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Insper - pelo apoio na promoção de pesquisas rigorosas no Brasil. Gostaríamos também de agradecer a Claudio Ferraz, Michael Hou, Natalie Valent e David Kaplan pelo valioso feedback que nos permitiu melhorar este artigo. Estendemos nossos agradecimentos a todos que se esforçaram para tornar esta publicação possível.

REFERÊNCIAS

Ansiliero, Graziela, Rogério Nagamine Costanzi, and Ricardo Cifuentes. 2024. "Microempreendedor individual (MEI): evolução da legislação, revisão da literatura e temas para o debate." Texto para discussão 2971. IPEA. <https://doi.org/10.38116/td2971-port>.

Attanasio, Orazio, Ricardo Paes De Barros, Pedro Carneiro, David Evans, Lycia Lima, Pedro Olinto, and Norbert Schady. 2022. "Public Childcare, Labor Market Outcomes of Caregivers, and Child Development: Experimental Evidence from Brazil." Working paper. National Bureau of Economic Research. <https://doi.org/10.3386/w30653>.

Benhassine, Najy, David McKenzie, Victor Pouliquen, and Massimiliano Santini. 2018. "Does Inducing Informal Firms to Formalize Make Sense? Experimental Evidence from Benin." *Journal of Public Economics* 157 (January): 1–14. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2017.11.004>.

Berniell, Inés, Lucila Berniell, Dolores De La Mata, María Edo, and Mariana Marchionni. 2023. "Motherhood and Flexible Jobs: Evidence from Latin American Countries." *World Development* 167 (July):106225.

<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2023.106225>.

Berniell, Inés, Lucila Berniell, Dolores De La Mata, María Edo, and Mariana Marchionni. 2021. "Gender Gaps in Labor Informality: The Motherhood Effect." *Journal of Development Economics* 150 (May):102599.

<https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2020.102599>.

Bruhn, Miriam. 2011. "License to Sell: The Effect of Business Registration Reform on Entrepreneurial Activity in Mexico." *The Review of Economics and Statistics* 93 (1): 382–86.

Bustelo, Monserrat, Ana María Díaz, Jeanne Lafortune, Claudia Piras, Luz Salas Bahamón, and José Tessada. 2020. "What Is The Price of Freedom?: Estimating Women's Willingness to Pay for Job Schedule Flexibility." *Inter-American Development Bank*.

<https://doi.org/10.18235/0002286>.

Campos, Francisco, Markus Goldstein, and David McKenzie. 2018. "How Should the Government Bring Small Firms into the Formal System?" *Policy Research Working Paper*. World Bank.

Colombo, Emilio, Lorenzo Menna, and Patrizio Tirelli. 2019. "Informality and the Labor Market Effects of Financial Crises." *World Development* 119 (July):1–22.

<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.03.001>.

de Andrade, Gustavo Henrique, Miriam Bruhn, and David McKenzie. 2014. "A Helping Hand or the Long Arm of the Law? Experimental Evidence on What Governments Can Do to Formalize Firms." *The World Bank Economic Review*.

<https://doi.org/10.1093/wber/lhu008>.

De Giorgi, Giacomo, and Aminur Rahman. 2013. "SME's Registration: Evidence from an RCT in Bangladesh." *Economics Letters* 120 (3): 573–78.

<https://doi.org/10.1016/j.econlet.2013.06.026>.

De Giorgi, Giacomo, Matthew Ploenzke, and Aminur Rahman. 2018. "Small firms' formalisation: The stick treatment." *The Journal of Development Studies* 54.6: 983-1001.

<https://doi.org/10.1080/00220388.2017.1327660>

de la Parra, Brenda, and León Fernández Bujanda. 2024. "Increasing the Cost of Informal Employment: Evidence from Mexico." *American Economic Journal: Applied Economics* 16 (1): 377–411. <https://doi.org/10.1257/app.20200763>.

De Mel, Suresh, David McKenzie, and Christopher Woodruff. 2013. "The Demand for, and Consequences of, Formalization among Informal Firms in Sri Lanka." *American Economic Journal: Applied Economics* 5 (2): 122–50.

<https://doi.org/10.1257/app.5.2.122>.

Farias, Alison de, and Roberto Hsu Rocha. 2022. "Formality Costs, Registration and Development of Microentrepreneurs: Evidence from Brazil." *Working paper*. SSRN.

<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3969404>.

Galiani, Sebastian, Marcela Meléndez, and Camila Navajas. 2015. "On the Effect of the Costs of Operating Formally: New Experimental Evidence." *Working paper*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.

<https://doi.org/10.3386/w21292>.

Garganta, Santiago, and Leonardo Gasparini. 2015. "The Impact of a Social Program on Labor Informality: The Case of AUH in Argentina." *Journal of Development Economics* 115 (July):99–110.

<https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2015.02.004>.

ILO, International Labour Organization. 2022.

"Engendering Informality Statistics: Gaps and Opportunities : Working Paper to Support Revision

- of the Standards for Statistics on Informality.” Working paper. Geneva: ILO.
<https://doi.org/10.54394/WVEQ4911>.
- Ho, Lisa, Suhani Jalota, and Anahita Karandikar. 2024. “Flexible Work Arrangements as Gateway Jobs for Women in West Bengal.” Working paper.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2024. “Sidra - Banco de Tabelas e Estatísticas”. Table 4097.
- IDB. 2021. “Labor Sector Framework Document.”
- IDB, 2023a. “Preparing the Macroeconomic Terrain for Renewed Growth.”
- IDB, Inter-American Development Bank. 2023b. “Labor Market Regulation and Informality.” Discussion paper.
- IDB, Inter-American Development Bank. 2023c. “Public Policies for Unlocking the Value of Paid Domestic Labor in Latin America and the Caribbean.” Policy Brief.
<https://doi.org/10.18235/0005348>.
- Jalota, Suhani, and Lisa Ho. 2024. “What Works For Her? How Jobs from Home and Local Offices Affect Female Labor Force Participation in Urban India.” Working paper.
- J-PAL, Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab. 2022. “Encouraging Micro and Small Enterprises to Formalize.”
- Kaplan, David S., Eduardo Piedra, and Enrique Seira. “Entry regulation and business start-ups: Evidence from Mexico.” *Journal of Public Economics* 95.11-12 (2011): 1501-1515.
<https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2011.03.007>
- La Porta, Rafael, and Andrei Shleifer. 2008. “The Unofficial Economy and Economic Development.” *Brookings Papers on Economic Activity* 39 (2 (Fall)): 275–363.
- Lazaretti, Lauana, Francieli Tonet Maciel, and Alysson Portella. 2023. “Desigualdade de Gênero e as Camadas Da Discriminação.” In *Números Da Discriminação Racial*, by Alysson Portella and Michael França.
- Neri, Marcelo, and Adriana Fontes. 2010. “Informalidade e Trabalho no Brasil: Causas, Consequências e Caminhos de Políticas Públicas.” FGV Social.
- Pagés, Carmen, ed. 2010. *The Age of Productivity*. New York: Palgrave Macmillan US.
<https://doi.org/10.1057/9780230107618>.
- Rocha, Rudi, Gabriel Ulyssea, and Láisa Rachter. 2018. “Do Lower Taxes Reduce Informality? Evidence from Brazil.” *Journal of Development Economics* 134 (September):28–49.
<https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2018.04.003>.
- Ulyssea, Gabriel. 2020. “Informality: Causes and Consequences for Development.” *Annual Review of Economics* 12 (1): 525–46.
<https://doi.org/10.1146/annurev-economics-082119-121914>.
- Veloso, Fernando, Fernando de Holanda Barbosa Filho, and Paulo Peruchetti. 2022. “Impactos da educação no mercado de trabalho.” FGV IBRE.
- Zucco, Cesar, Anna-Katharina Lenz, Rafael Goldszmidt, and Martin Valdivia. 2020. “Face-to-Face vs. Virtual Assistance to Entrepreneurs: Evidence from a Field Experiment in Brazil.” *Economics Letters* 188 (March):108922.
<https://doi.org/10.1016/j.econlet.2019.108922>.

Direitos autorais © 2025 Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"). Este trabalho está sujeito a uma licença Creative Commons CC BY 3.0 IGO (<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo/legalcode>). Os termos e condições indicados no link URL devem ser atendidos e o respectivo reconhecimento deve ser concedido ao BID.

Além da seção 8 da licença acima, qualquer mediação relacionada a disputas decorrentes de tal licença será conduzida de acordo com as Regras de Mediação da OMPI. Qualquer disputa relacionada ao uso das obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem de acordo com as regras da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). O uso do nome do BID para qualquer finalidade que não seja a atribuição e o uso do logotipo do BID estarão sujeitos a um contrato de licença por escrito separado entre o BID e o usuário e não são autorizados como parte desta licença.

Observe que o link do URL inclui termos e condições que são parte integrante desta licença.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria ou dos países que representam.

